

Terça-feira, 14 de outubro de 1986

*Econ. Brasil*

## A contribuição do setor público ao aumento da oferta

Na esteira da grande expansão do consumo ocorrida nos últimos meses, parte significativa das indústrias produtoras de bens finais empenha-se, atualmente, em aumentar sua capacidade de oferta, para atender aos mercados interno e externo. Tal disposição é confirmada tanto por levantamentos realizados por entidades empresariais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), quanto pelo balanço dos projetos aprovados no sistema BNDES-Finame, constituindo-se num dado positivo quanto à viabilização do Plano Cruzado.

Verifica-se, todavia, um problema de assincronia na retomada dos investimentos industriais, que, não corrigido a tempo, pode retardar perigosamente a pretendida estabilização econômica do País. Esse problema ocorre, principalmente, nos segmentos produtores dos chamados bens intermediários, ou seja, dos materiais empregados pela indústria para transformação em máquinas, equipamentos ou bens finais de consumo.

Segundo a avaliação de economistas da Universidade de Campinas, em trabalho apresentado na última sexta-feira, no seminário sobre "Crise Externa e Política Econômica — Os casos da Argentina, Brasil e México", levado a efeito naquele instituto de ensino, a utilização da capacidade instalada atinge níveis muito expressivos nas indústrias de celulose, aços planos comuns, ferro-ligas, soda e cloro, fios e tecidos de algodão, embalagens plásticas, papéis para impressão, metais não-ferrosos e produtos de madeira. No segmento de metais não-ferrosos, por exemplo, a ocupação da capacidade já chega a 95%, um nível tecnicamente insustentável por muito tempo. Em consequência, constatam os economistas, a produção de bens intermediários está crescendo a um ritmo entre um terço e um quarto da produção de bens de capital e de consumo duráveis, constituindo-se já num ponto de estrangulamento para os demais segmentos industriais.

Urge, portanto, estimular no-

vos investimentos nesse bloco de indústrias, mas a questão é que em boa parte dele a produção é controlada pelo capital estatal, dependendo, assim, do equacionamento da oferta de recursos. O setor de aços planos, por exemplo, como assinalamos em comentário anterior, está sob o comando da Siderbrás, uma empresa tecnicamente falida, tamanho é o déficit produzido, a cada exercício, pelos encargos de sua dívida de US\$ 17,3 bilhões. O aporte de recursos extra-orçamentários, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), não deverá ser suficiente, tanto pelo acúmulo de prioridades do Plano de Metas quanto pela decepcionante (ao menos até agora) arrecadação propiciada pelos empréstimos compulsórios.

Assim, enquanto não chegam ao desfecho pretendido as negociações da dívida externa, no sentido de se diminuir a remessa líquida de renda para o exterior, não nos parece haver outra saída além da redução do déficit público, se o objetivo é promover o

crescimento econômico sem inflacionar. Uma maior seletividade nos investimentos e, sobretudo, um corte decidido no custeio permitiriam, de um lado, gerar recursos adicionais para programas prioritários e, de outro, conter o crescimento da demanda agregada, como convém à conjuntura econômica atual.

Ao registrar um novo déficit de caixa — embora menor do que o projetado inicialmente —, de CZ\$ 2,19 bilhões em setembro, a execução financeira do Tesouro Nacional mostra as dificuldades do governo em equilibrar suas contas. Considerando-se ainda a clara incapacidade de estatais como a Siderbrás em realizar, com recursos próprios, os investimentos requeridos no setor produtivo, torna-se evidente que a viabilização do Plano Cruzado passa, necessariamente, pela adequação de gastos do setor público. Ademais, sendo o grande interessado no sucesso do Plano, seria lastimável que o governo se transformasse, ele próprio, num gargalo ao aumento da produção.